

# O rombo existe?

• Já devíamos estar vacinados contra os números errados dos sábios da economia para, pelo menos, pedir para ver as contas completas a cada vez que anunciam algum. Aceitá-lo de cara é uma temeridade. No ano passado anunciaram um superávit de 11 bilhões de dólares na balança comercial. Deu um déficit de 3,5 bilhões. Estivessem numa empresa privada, um erro desses era falência certa.

Infelizmente, o ministro Paulo Renato não pode mandar aplicar o Provão aos alunos do Departamento de Economia de Harvard, para avaliar o domínio que têm das quatro operações básicas da aritmética. Na PUC, pode. Não custava indagar se acham moderno e eficiente tirar a dívida interna do seu histórico patamar de 2% do PIB para jogá-la em 46%, como dizem que é hoje, e pode ser mais, caso a conta tenha sido alterada através de algum truque de cálculo. Indagariam, ainda, como é que nos 30 ou 50 anos em que tivemos no comando economistas jurássicos, atrasados, nacionalistas e estatizantes, da linha do Celso Furtado, crescemos em média 7% ao ano e, nos últimos 20 anos, com a chegada ao poder dos economistas modernos, neoliberais que juram pelo mercado e pelas facilidades que oferecem para a sua globalização, a economia cresce menos que a população. No ano passado cresceu 0,8% e, assim mesmo, por causa da agricultura que superou a falta de crédito a juros civilizados. Este ano, se tudo correr como esperam, está previsto um crescimento de 3,5% a 4%. Se acontecer, soltaremos foguetes, esperando que o ano seguinte não seja tão ruim como prevêem economistas do PFL, como o Paulo Ribeiro de Castro.

Os sábios economistas não seguem, infelizmente, a norma do Ananias, lateral-esquerdo do futebol pernambucano, que declarava: "Previsões, só faço depois do jogo". Entraram agora na discussão dos números da Previdência, cujo déficit, segundo o ministro Ornélas, está estabilizado em torno de 0,9% do PIB e crescerá, segundo os sábios economistas, em 16 bilhões caso o salário-mínimo, que responde por 12 milhões de aposentadorias, fosse elevado para US\$ 100, como propõem os gattopardos do PFL.

Em termos singelos, é este o coração da polêmica. Mas será o quadro completo? Ninguém duvida que um aumento de 36% no nosso minguado mínimo aumentaria o rombo da Previdência, porque a arrecadação não crescerá na mesma proporção. O que se discute é se a Previdência tem mesmo um déficit e, se tiver, que ele seja causado por aumentos no salário-mínimo.

Ricardo Zaratinni, assessor da bancada do PDT na Câmara, velho revolucionário que trocou as armas pelas contas e pela palavra, contesta a versão oficial do

déficit da Previdência. Produziu uma nota técnica a respeito. Escreve ele:

"A proposta orçamentária do Governo para o ano 2000 pode levar à conclusão de que, para a previdência básica do INSS, está previsto um déficit de R\$ 12.101.383.478, resultado de uma despesa de R\$ 60.992.983.478 e de uma receita de R\$ 42.386.400.000 da contribuição de trabalhadores e empresas, da parcela do CPMF destinada à Previdência, de R\$ 6.505.200.000, soma que dá um total de R\$ 48.891.600.000. No entanto, esse déficit é produzido pelo Governo, apesar de estar impedido constitucionalmente de fazê-lo pelo inciso XI do artigo 167 da Constituição, acrescentado pela reforma da Previdência, que diz: é vedada a utilização de recursos provenientes das contribuições sociais para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral da Previdência Social. Contrariando este dispositivo constitucional, o Governo, no projeto de lei orçamentária do ano 2000, desvincula 20% da arrecadação prevista para o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). As desvinculações para o FEF da arrecadação da CPMF e da contribuição de trabalhadores e empresas a s s o m a m R\$ 12.222.900.000. Se não fossem subtraídos da Previdência, haveria um pequeno superávit de R\$ 121.516.522 na previdência básica do setor privado".

"Para tentar legalizar essa violação constitucional, o Governo enviou ao Congresso a PEC número 85/99, desvinculando 20% de impostos e contribuições. O Governo quer que essa PEC seja aprovada a toque de caixa para justificar as desvinculações que incluiu na proposta orçamentária. Todavia, essa PEC sequer foi discutida em primeiro turno no plenário da Câmara".

Os números do Zaratinni podem estar tão errados como os da equipe econômica. Afinal, as fontes são as mesmas. A argumentação jurídica, no entanto, parece mais sólida. É, aliás, tacitamente aceita pelos juristas do Governo, que redigiram, ainda que tardiamente, a Proposta de Emenda Constitucional 85 para tapar o buraco.

Devem estar com medo de ver as suas teses serem derrubadas no Supremo, como foi a de cobrar imposto de renda dos inativos do serviço público. Naquele caso, a derrota do Governo foi um vexame: 11 a 0. Coisa de futebol colombiano.